

CONFLITO ARMADO NA COLÔMBIA E CULTURA DE PAZ NA PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA POLÍTICA

El conflicto armado en Colombia y la cultura de paz desde la
perspectiva de la psicología política

Armed conflict in Colombia and the culture of peace from the
perspective of a political psychology

Díaz-Gómez, A. & Bravo, O. A. (2019). *Psicología Política y Procesos de Paz em Colombia*. Editorial Universidad Icesi. https://www.researchgate.net/publication/338048100_psicologia_politica_y_procesos_de_paz_en_Colombia_Final

ALESSANDRO SOARES DA SILVA

<https://orcid.org/0000-0003-3637-2458>

E-mail: alessoares@usp.br

Filósofo pela PUC-Minas, Brasil, mestre e doutor em Psicologia Social - PUCSP, Brasil, Livre Docente em Sociedade, Multiculturalismo e Direitos pela USP - Brasil. Docente no Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas e no Programa de Pós-graduação em Estudos Culturais da Universidade de São Paulo. Líder do Grupo de Pesquisa em Psicologia Política, Políticas Públicas e Multiculturalismo da USP.

INTRODUÇÃO

Pensar a psicologia política brasileira não pode ser um ato isolado, desconexo da realidade e da produção latino-americana. A região segue lutando para garantir condições de libertação e transformação que possibilite maior autonomia na particularidade que é cada uma das sociedades constituídas em cada país. Entretanto, elas partilham de problemas e questões que lhes atravessam e as constituem. A paz é um desses temas nevrálgicos e que ganha cores e nuances diferentes, mas que sempre revelam as violências de diferentes tipos que nos aprisionam em contextos, conjunturas e situações que nos distanciam do desejo palpável de uma sociedade na qual igualdade, justiça e paz estão ao alcance de mulheres e homens.

É nesse quadro que partilhamos a resenha da coletânea organizada por Álvaro Díaz Gómez e Omar Alejandro Bravo chamada *Psicología Política y Procesos de Paz em Colombia* publicado em 2019 pela Editorial Universidad Icesi com 398 páginas e sob o ISBN 978-958-5590-00-7. As questões relativas a paz atravessam a história colombiana há décadas e tem sido objeto permanente – e provavelmente o principal – do seu debate e estudos. Mesmo indiretamente, as questões relativas à paz têm conformado a vida de maneira geral da sociedade colombiana e orientado as preocupações da psicologia política naquele país marcado por um longo período de conflito armado em torno a disputas em torno ao modelo de sociedade a organizar sua vida e cultura cotidiana.

A obra em tela não é inovadora do ponto de vista temático, mas absolutamente relevante do ponto de vista da atualidade dos debates em torno a paz a ser construída na Colômbia. Nelson

DOI: 10.5935/2175-1390.v24e24123



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons CC BY. Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

Molina Valencia publicou em 2006 sobre o tema o livro *Psicologia Política Resistencia y democracia: la resistencia comunitaria y la transformación de conflictos* e pôs em relevo o tema no campo psicopolítico que hoje a obra liderada por Álvaro Díaz vem atualizar seja pelo modo com que aborda essa complexa temática, seja pelas mudanças que houve mais uma década depois do que escreveu Molina Valencia.

Destarte, é importante trazer aqui alguns elementos sobre o conflito armado na Colômbia e os desafios que dele decorrem a hora de se construir uma cultura de paz para que possamos entender melhor esta coletânea. Não se trata de qualquer tentativa de elucidar o ‘inelucidável’, mas de apenas e brevemente pontuar o tema e trazer à baila quem são os distintos atores envolvidos nesses processos de enfrentamentos que têm impactos sociais, políticos, econômicos, culturais e psicológicos.

As raízes do atual conflito remetem a longa disputa travada entre os partidos Liberal e Conservador entre 1928 e 1958. Este estado de tensão gerou acirramentos e rupturas que se tornaram irreconciliáveis por mais de cinco décadas, sendo o conflito armado colombiano um fenômeno interno que é tratado por parte dos estudiosos como um tipo de guerra assimétrica de baixa intensidade. A partir dos anos de 1960 muitos atores foram se envolvendo nesse conflito, sendo inicialmente o Estado colombiano, os movimentos guerrilheiros de esquerda e extrema-esquerda, assim como os grupos paramilitares de direita e extrema-direita os maiores implicados.

Com o passar do tempo e com a complexificação das disputas que os dividiam, emergem novos atores que dificultam qualquer êxito de iniciativas de pacificação nacional. A participação no conflito de cartéis de droga, bandos criminosos, e outros grupos armados organizados revelam-se como facções do conflito que paralisa e impedem negociações que sejam capazes de construir uma cultura de paz duradoura na qual o medo é um sentimento deixado para trás (Cortés-Millán, Silva, & Costa-Chicareli, 2021; Silva & Cortés-Millán, 2019). Mais recentemente o processo de paz tem sido boicotado com a emergência de casos graves de ataques a ex-membros das guerrilhas que aderira aos acordos de paz de 2020. Muitos deles têm sido assassinados e perseguidos após deixarem as armas e aderir a processos políticos previstos no acordo.

Este conflito armado interno passou por várias fases de escalada as mais graves entre 1988 e 2012, quando partes armadas começaram a financiar-se por meios ilícitos como o tráfico de droga, a exploração mineira ilegal, os raptos, entre outras atividades criminosas. As ações frágeis – ou sua ausência delas – em direção à paz e à reconciliação nacional agravaram as situações de enfrentamento entre Estado, forças guerrilheiras, traficantes de droga e paramilitares.

O acordo de paz de 24 de novembro de 2016 assinado pelo presidente Juan Manuel Santos e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) parecia constituir um marco importante para a transformação da situação social e política do país, visto que ele impactaria fortemente na superação de incursões armadas, desaparecimentos forçados, massacres, deslocamentos forçados em massa, terrorismo, raptos de civis, soldados e políticos, tortura, execuções extrajudiciais conhecidas como ‘falsos positivos’, ou no uso de minas.

Passados seis anos do acordo são muitos os desafios que ainda se apresentam à sociedade colombiana, sobretudo no direito à segurança de sua população rural. Um desafio premente é a garantia da presença do Estado para assumir o controle real de muitos lugares antes controlados pelas FARC. A retirada da guerrilha não foi suficiente para que o governo colombiano se fizesse presente nas regiões que passaram a ser disputadas por paramilitares e outros atores que se beneficiavam do conflito e, em muitos casos, agravaram o sofrimento dessa populações.

Do ponto de vista psicopolítico é importante destacar que o vácuo de poder deixado pela desmobilização das FARC sem que o Estado tenha assumido efetivamente o controle dos locais por ela controlados gerou uma profusão de disputas territoriais entre grupos armados novos e já existentes. Tal situação geram novas classes de traumas, memórias e violências de Estado que são decorrentes de boicotes oriundos de agentes contrários ao acordo de paz. O ex-presidente Iván Duque () foi um dos grandes opositores ao acordo de paz construído durante a sua gestão por meio de negociações ocorridas em Havana, Cuba. Durante seu governo, todos os meses, dezenas de civis, ex-guerrilheiros das FARC

e líderes comunitários foram mortos, feridos ou vítimas de sequestro, pondo em risco a confiabilidade e a viabilidade da manutenção do acordo, pois as vidas dos que acreditaram e aderiram ao mesmo, não é protegida.

Na construção de uma cultura de paz duradoura se impõem superar barreiras sociais e as desigualdades delas decorrentes. Um dos desafios mais relevantes e a implementação de uma reforma agrária real, visto que estas estão concentradas em mão de muitos latifundiários apoiadores ou ligados instintivamente aos paramilitares e a cartéis de drogas. Uma melhor distribuição de terras para plantio em regiões rurais e a construção de políticas públicas estatais para pequenos agricultores são fundamentais para a melhor estabilização do país e figuram no acordo.

Sua centralidade é incontestável porque, sem ela, não é possível garantir a geração de uma economia sustentável em locais antes controlados pela guerrilha funcione sem que atividades ilegais, como o fornecimento de cocaína. Com a situação macrosocial controlada se poderá garantir o retorno de refugiados forçados e implementar programas de ordem microssocial que enfrentem os limites impostos pelos traumas gerados pelo conflito.

A OBRA

Do ponto de vista organizativo, o livro está dividido em três partes e reúne 9 capítulos escritos por 17 autoras e autores, sendo que destes 9 capítulos, 6 têm como primeiro autor uma pesquisadora, revelando o protagonismo feminino no campo psicopolítico dedicado aos estudos de cultura de paz na Colômbia.

A primeira parte foca seus debates sobre a conceituação da psicologia política no século XXI e dedica a isso dois capítulos. Na segunda parte temos três capítulos que dão corpo a uma discussão em torno ao lugar da psicologia política nos estudos do conflito armado colombiano. Por fim o livro fecha suas discussões com 4 capítulos centrados no debate sobre as contribuições da psicologia política para a construção de uma cultura de paz na Colômbia.

Sobre os editores vale destacar que ambos desenvolvem suas trajetórias associados à psicologia social e com fortes relações com os debates das Ciências Sociais. Álvaro Díaz Gómez é psicólogo e doutor em Ciências Sociais, Infância e Juventude pela Universidade de Manizales, sendo atualmente professor no departamento de Humanidades e Línguas da Universidade Tecnológica de Pereira em Pereira, Colômbia. Omar Alejandro Bravo é psicólogo, doutor em Psicologia pela Universidade de Brasília e atualmente é Professor do Departamento de Estudos Psicológicos e coordenador o Mestrado em Intervenção Psicossocial da Universidade Icesi em Cali, Colômbia.

Já sobre o conjunto de autoras e autores, destacamos que todas/os são formados em Psicologia e atuam em cursos de graduação e pós-graduação de Psicologia ou lecionando Psicologia em outras carreiras. E esse não é um detalhe menor, pois nos diz de que lugar se pensa a Psicologia Política: a Ciência Psicológica. Certamente, a Psicologia Política é um espaço em disputa e o modo como ela tem sido entendida tem sido objeto de de intensos debates que permitem maior ou menor reconhecimento entre pensadores de diferentes origens científicas (Montero & Dorna, 1993; Sabucedo & Casal, 2000; Silva, 2012, 2017). O modo com que se compreende nessa obra a Psicologia Política pode ser determinante da maneira com que conflito e paz serão abordados no decorrer das suas 398 páginas.

A paz como um processo psicopolítico construído mediante mudanças culturais e negociadas entre as múltiplas partes da sociedade passa pela necessidade de aprender, de se incorporar novas dinâmicas de socialização e de educação política; de se trabalhar os elementos relativos aos traumas e memórias políticas decorrentes do conflito e que paralisaram muitos indivíduos e grupos sociais, pois emoções como o medo e a desconfiança são verdadeiras barreiras para a (re)ação e superação de traumas, conflitos e produção da justiça.

Essa situação é desafiadora sobretudo em um contexto no qual aparentemente a aprendizagem de processos de paz teriam fracassado e dependeria de reconhecimento mútuo entre atores que insistiam em permanecer lutando entre si. Qualquer solução política depende de um processo de negociação. Ter

presente a história do conflito e da luta pela paz é fundamental para o entendimento desta coletânea. As origens do conflito, seu aprofundamento e consequências, as tentativas de pacificação e a assinatura do acordo, bem como os desafios de sua manutenção perpassam os diferentes capítulos do livro.

Do ponto de vista estrutural, não há como dissociar da história do conflito e da luta pela paz a história da própria Psicologia Política colombiana (Barrero, 2009; Molina -Valência, 2006; Molina-Valência & Rivera-Escobar, 2012; Sacipa, Tovar-Guerra, Sarmiento, Gómez, & Paula-Suarez, 2013). A violência política e de Estado, assim como a construção de uma cultura de paz, o enfrentamento dos traumas e das memórias políticas terminaram por focalizar a produção de uma psicologia política em ação na qual psicólogos e cientistas sociais se dedicaram com o fim de transformar essa dura realidade marcada pelo sofrimento gerado de um longo estado de guerra pelo anseio geral de justiça e paz.

Reconhecer as formas de resistir e enfrentar estas condicionantes da existência vividas na Colômbia criativamente produzidas pelos sujeitos afetados pelo conflito foi um ponto de intersecção estratégico para a própria compreensão desta realidade social e das ações que psicólogas/os políticos poderiam aportar nesse contexto extremo em benefícios de indivíduos e coletivos. E este livro busca trazer novas aportações pautadas nessa forma de fazer Psicologia Política comprometida política, social e eticamente com a superação da injustiça e da desigualdade.

Ao construir uma leitura psicopolítica do conflito e da cultura de paz autoras e autores destacam os vividos, as experiências que marcam sujeitos silenciados, esquecidos e violentados. Ao trazerem para essas páginas memórias de violências contra a mulher durante os anos de conflito, a dor dos desaparecimentos sem resposta, o medo da morte e a necessidade do deslocamento forçado e de refúgio, por exemplo, abrem um canal de diálogo profundo que permite a própria sociedade colombiana construir suas pontes rumo ao perdão e a reconciliação; impedem que perdão e reconciliação seja confundido com esquecimento e injustiça. Ao leitor será possível refletir a partir de texto comprometidos com a elaboração de uma paz duradoura, de caminhos para um futuro em que o plural e o diverso têm guarida e lugar.

POR UMA PSICOLOGIA POLÍTICA LIBERTADORA E COMPROMETIDA

Falar de paz é falar de construção da democracia e da igualdade na diferença. Essa é a tentativa dos textos que utilizam uma variedade de estratégias teórico-metodológicas para pensar o passado, o presente e o futuro da Colômbia atravessado pelas várias realidades do conflito. Assim, a Psicologia Política que surge nesta obra não se foca apenas na compreensão dos aspectos individuais da política, mas dedica-se a analisar o contexto nos quais os eventos ocorrem e sobre os quais cada sujeito e grupo age politicamente.

É preciso dizer que, apesar dos esforços interdisciplinares presentes no conjunto da obra, o que observamos é um enfoque centrado nos saberes psicológicos e na necessidade real de historizar, politizar tais saberes. Sem dúvida alguma essa é uma leitura possível da Psicologia Política que, a meu juízo, pode se confundir com uma psicologia politizada ou mesmo uma psicologia da política e não com uma psicologia política que se revela no encontro dos saberes múltiplos (Silva, 2012, 2017). No contexto colombiano, a obra revela um esforço para consolidar a Psicologia Política indo mais além de leituras que a reduzem ao espectro institucional da política.

Um elemento constituinte do olhar dos autores passa pela humanização da política no instante que dedicam um esforço significativo para fortalecer a ideia de que o poder atravessa o vivido, o cotidiano, os processos de subjetivação. Tal atravessamento faz com que a dimensão institucional tão destacada pela ciência política ganhe novos contornos quando se percebe que ela não está desconectada da vida cotidiana ou das dimensões geopolítica que estabelecem a territorialidade com algo mais complexo que o levantar de fronteiras. O elemento humano dá sentido aos dissensos que permeiam a concretude da vida e da existência. A valorização dos elementos conjunturais, contextuais e situacionais de cada temática abordada faz com que surja entre suas páginas um olhar crítico ou mesmo uma perspectiva que poderíamos nomear de Psicologia Política da Libertação: libertação na medida que está intimamente associada a ideia de crítica social que clama por outras formas de construir o conhecimento que possi-

bilite contribuir para a superação das formas de dominação-subordinação de indivíduos, comunidades e sociedades (Montero, 2007, 2010).

Em muitos aspectos as discussões trazidas no livro organizado por Álvaro Díaz-Gómez e Omar Bravo nos remete ao pensamento de Ignacio Martín-Baró (1986, 1987, 1988, 1991) que propunha um giro epistemológico que historicizava o conhecimento a partir do vivido pelos indivíduos e apontava para a centralidade um processo de desalienação e tomada de consciência individual e coletiva. Como os autores dessa obra, Martín-Baró também escreve desde um contexto de guerra e tem claro que não se pode olvidar ou silenciar quando se deseja compreender e enfrentar os traumas e a dor em suas dimensões emocional, relacional, social e político. As dores derivadas de guerras, as violências e as perdas produzem traumas que historicamente clamam por reparação.

Para isso, não se pode prescindir dos saberes das comunidades e indivíduos envolvidos nos conflitos. Trata-se de um ‘que fazer’ próprio de uma Psicologia Política libertadora, de uma *práxis* transformadora e eticamente compromissada com a mudança social. Ao abordar o agir político não se pode cindir, o espaço privado do público, como se entre eles não houvesse conexões permanentes.

Tratar o conflito na Colômbia, passa por entender essas interconexões ou mesmouma profusão de espaços semiprivados e semipúblicos por onde a vida e o vivido passam e estabelecem linguagens e *habitus* que incidem sobre a *práxis*. Em certa medida, o que pretendem é abrir espaços para revolucionar a vida cotidiana (Heller, 2001) e produzir elementos que permitam superar os traumas que impedem o abandono de um modo de vida marcado pela opressão do fatalismo (Fals Borda, 1970; Martín-Baró, 1987).

No afã de oferecer respostas que dialoguem com o presente, os textos apontam para um futuro em que a paz é um eixo estruturante e não um engodo. Autoras/es deste livro se preocupam em atualizar a maneira com que os processos de socialização política, subjetivação política e ação política afetam as experiências de qualquer outro agente a incidir na política e no político.

A MEMÓRIA POLÍTICA, VERDADE E JUSTIÇA COMO CHAVES DE LEITURA

Para que a paz não se reduza a imposição dos termos dos vencedores sobre os vencidos a memória política é um aspecto chave no debate proposto no livro. Como já apontou Soraia Ansara (2008), a memória política é um conceito emergente para a Psicologia Política e não se reduz a ideia de superação de traumas individuais e/ou coletivos. Tampouco ela se limita a produzir saberes que contribuam para a pacificação. A memória é viva e está em disputa e permite que se possa garantir que o mosaico das lembranças acolha as múltiplas polissemias dos acontecimentos. Destarte, no contexto colombiano esta é uma temática eixo para a Psicologia Política.

No contexto da obra em análise fica patente que a memória política vai mais além do interesse sobre a memória traumática como centro do entendimento do conflito e da própria paz. No caso deste conjunto de estudos o que entrevemos é que a memória política é o modo pelo qual se resiste e se garante o direito a ter direitos, se afronta as narrativas que buscam condenar a quem se quer dominar-explorar aos subterrâneos do esquecimento. A construção da resistência conduz ao reconhecimento derivado do diálogo, da partilha e da interação com o outro que não figura mais como equivalente ao estranho.

Nessa leitura, a memória traumática passa a ser um aspecto possível da memória política, ao mesmo tempo que adquire um sentido curador no instante em que ela produz rupturas na dinâmica alienante do cotidiano e permite superar os silenciamentos que fragilizam processos de participação e resistência. A memória política articula-se com os elementos verdade e justiça e torna possível uma nova configuração da realidade e uma ocasião de elaboração do passado e de construção de um projeto chamado futuro. Elaborar o passado é fundamental para superar a dor do terror, para libertar-se das prisões da culpa, medo e da tristeza geradoras de paralisia e inação que impede de reconciliar-se consigo e viver presente e sonhar com o futuro.

A memória política nos permite posicionar-nos frente às disputas sobre as distintas narrativas do passado. Ela nos retira da posição de vítimas e nos torna agentes do processo de libertação e, por tal

motivo, nos coloca em uma situação de protagonista da construção da justiça (Lira, 2000). No caso do conflito armado, o acordo de paz abre oportunidade para uma justiça transicional que coloca aos múltiplos atores do processo frente a frente e se mostra necessária para a reconciliação. Aqui a perspectiva psicopolítica pode ganhar contornos interdisciplinares ou psicologizantes.

No livro se destacam os efeitos psicológicos presentes em mecanismos de justiça transicional, mas não de maneira que não possamos perceber os aspectos sociológicos e politológicos que constituem a ideia de justiça transicional. Ao abordarem temas desta ordem, autoras/es reconhecem a necessidade de incluir ao conjunto de atores implicados, de alguma maneira, no conflito. É preciso que ex-combatentes do exército estatal, guerrilheiros e paramilitares participem do processo, mas também as vítimas da violência por eles perpetrada. Sem isso a verdade não será alcançada e o silêncio não será rompido. Sem isso não haverá a real possibilidade de garantir o direito a lembrar, a ter memória.

O conhecimento das várias experiências do conflito é fundamental e a Psicologia Política tem condições, como bem mostra esta coletânea, instrumentar os múltiplos processos que permitem visibilizar outras experiências até aqui negadas do direito de existir. Outras narrativas emergem e a própria história do conflito se transforma, assim como a justiça, ganha contornos sobretudo para que dela tenha expectativas. Não há como pensar a tríade ‘Memória Política, Verdade e Justiça’ sem pensar criticamente visando as condições de transformação do conflito político armado colombiano e a construção de uma cultura de paz com justiça, verdade e reparação.

A DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA DO ‘QUEFAZER’ PSICOPOLÍTICO NA CONSTRUÇÃO DA PAZ

Ainda que a tônica psicológica seja a destacada, a consciência de que o tema do conflito e da paz são de natureza interdisciplinar faz com que os debates trazidos neste livro não despreze a dimensão ético-política seja de cada um dos temas debatidos seja do próprio campo da Psicologia Política. Trabalhar com indivíduos e grupos afetados pelo conflito armado e defrontar-se com as diversas faces da violência e exige um fazer ético sem o qual a paz se torna inviável.

Na realidade pouco se tem escrito sobre o papel da ética como constituinte da Psicologia Política. Na maioria das vezes o que se vê são digressões ligeiras sobre ética na pesquisa. Este é um ponto a ser mais e melhor investigado e não está presente no livro. E não deveria estar visto não ser seu objeto. Contudo, esse debate se dilui na obra, o que nos permite pensar sobre o tema e até mesmo produzir uma agenda ético-política para o campo da Psicologia Política. E não poderia ser diferente, pois sem a ética a libertação se torna uma ilusão.

Ao problematizarem o modo como se dá a relação entre profissionais que atuam no campo do conflito armado e a população afetada por ele surge a necessidade de se pensar sobre a dimensão ética do ‘quefazer’ psicopolítico. Em verdade, seja em projetos sociais seja em projetos investigativos há que se impor a dimensão humana deste ‘quefazer’ de que nos falava Martín-Baró (1986, 1991).

Não é possível realizar um processo de libertação que seja no estilo *top-down* e que ignore os saberes de quem viveu na carne os dramas do conflito. É impositivo que se reconheçam e valorizem os saberes e práticas que tornaram possível sobreviver a dor e continuar resistindo à violência em suas mais diferentes formas. No processo de luta a resiliência e a resistência são frutos de modos de operar as emoções e as adversidades que a concretude do cotidiano impõe. Nesse processo se constrói uma ‘ética da vida’ da qual falava Enrique Dussel (1998). Ela valoriza e potencia a ação humana e a capacidade de se reconhecer no outro e com o outro por meio da alteridade.

Essa postura ética gera uma *práxis* que rompe com processos de revitimização e controle do outro por meio da manipulação das lembranças da dor e do sofrimento. Não há espaço para a reificação do fatalismo, da culpa e da impotência. Se tratamos de uma ética da vida, a emancipação e a autonomização dos indivíduos é fundamental e termina por romper com ciclos de dependência.

A ética da vida é geradora de mudanças, de transformações e precisa estar presente de maneira transversal no ‘quefazer’ psicopolítico tanto em aspectos epistemológicos como metodológicos do

campo. A cada texto essa necessidade se fortalece e uma agenda relativa à dimensão ético-política se desprende e ganha sentido e dá coesão ao texto geral do livro. Não há espaço para se compactuar com narrativas que não descolonizem fazeres, sobretudo em um contexto cuja imposição da dominação era uma prática recorrente e vinha de diferentes atores que representavam distintas narrativas. Em comum estava a opressão de algum elemento da vida cotidiana.

ÚLTIMAS PONDERAÇÕES

São muitas as considerações que poderiam ser feitas a respeito desta obra, mas deixamos para uma outra ocasião. O importante é que o livro *Psicología Política y Procesos de Paz em Colombia* reflete os desafios de um processo longo e inacabado de pacificação e reconciliação de uma nação fraturada por seis décadas de conflitos que geraram mais de 260.000 mortos.

Reconciliar é um processo demorado e com muitas barreiras, com muitos interesses em jogo e que nem sempre jogam em prol da paz. Alcançar a paz é atingir outra forma de tratar e relacionar-se com o poder. Desta feita, não é um acidente que a Psicologia Política colombiana tenha no seu cerne a discussão das relações de poder e suas consequências a partir da luta constante por atingir a paz.

Nesse conjunto de textos em que psicólogas políticas abordam temas tão delicados e marcados por tensões e antagonismos, encontramos um debate profícuo e que pode contribuir para um futuro melhor. Quem sabe as discussões deste livro ganhem novos contornos e sentidos, agora que o povo colombiano elegeu um ex-guerrilheiro, Gustavo Petro, e uma ex-doméstica negra, Francia Márquez, com presidente e vice-presidente.

Quem sabe agora se possa construir um futuro sem esquecimentos, com verdade, de justiça e com reparação. Mas isso são elementos para outras páginas que a população colombiana ainda vai escrever. A nós, resta a esperança da paz que motivou a escrita deste belo livro, agora resenhado para os leitores e as leitoras da *Revista Psicologia Política*.

REFERÊNCIAS

- Ansara, S.** (2008). Memória política: construindo um novo referencial teórico na psicologia política. *Revista Psicologia Política*, 8(15), 31-56. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2008000100004&lng=pt&tlng=pt
- Barrero Cuellar, E.** (2009, nov.). Psicología Social del autoritarismo. Apuntes para una psicohistoria del conflicto armado colombiano. *Tesis Psicológica*, 3, 86-97. <https://www.redalyc.org/pdf/1390/139012667009.pdf>
- Díaz-Gómez, A. & Bravo, O. A.** (2019). *Psicología Política y Procesos de Paz em Colombia*. Editorial Universidad Icesi. https://www.researchgate.net/publication/338048100_psicologia_politica_y_procesos_de_paz_en_Colombia_Final
- Cortés-Millán, G. A., Silva, A. S., & Costa-Chicareli, S.** (2021). Acción colectiva y conciencia política: El caso de Movimiento Congreso de los Pueblos en la media colombiana. In X. R. Campos. (Org.), *Cando caen as follas: homenagem ao profesor Carlos Sixirei* (pp. 121-148). IrIndo. https://www.researchgate.net/publication/355362581_Accion_colectiva_y_conciencia_politica_El_caso_de_Movimiento_Congreso_de_los_Pueblos_en_la_media_colombiana?fbclid=IwAR0EYa5Kw9F6r_7FkMRmz2mb7Cb-SesmTY1pjUeEt2s8MRF1chaeY2LskYz4
- Dussel, E.** (1998). *Ética de la liberación (en la edad de la globalización y de la exclusión)*. FCE.
- Fals Borda, O.** (1970). *Ciencia propia y colonialismo intelectual*. Carlos Valencia Editor.
- Heller, A.** (2001) *O cotidiano e a História*. Paz e Terra.
- Lira, E.** (2000). Verdad, justicia e impunidad. Memoria, perdón y olvido. In J. Vasquez (Ed.), *Psicología social y liberación en América Latina* (pp. 133-154). UAM-Iztapalapa.
- Martín-Baró, I.** (1986). Hacia una psicología de la liberación. *Boletín de Psicología*, 5(22), 219-231.
- Martín-Baró, I.** (1987). El latino indolente: Carácter ideológico del fatalismo latinoamericano. In Maritza Montero (Org.), *Psicología política latinoamericana* (pp. 135-162). Panapo.
- Martín-Baró, I.** (1988). La psicología política latinoamericana. In G. Pacheco & B. Jiménez (Eds.), *Ignacio Martín-Baró (1942-1989), Psicología de la liberación para América Latina* (pp. 81-113). Universidad de Guadalajara-ITESO.
- Martín-Baró, I.** (1991). El método en psicología política. *Psicología Política*, 13(28), 575-592. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2013000300011
- Molina-Valencia, N.** (2006). *Psicología Política Resistencia y democracia: la resistència comunitaria y la transformación de conflictos*. Proa XXI.
- Molina-Valencia, N. & Rivera-Escobar, M.** (2012). Psicología Política en Colombia: revisión de acontecimientos fundantes e históricos. *Revista Psicología Política*, 12(25), 427-441. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2012000300005&lng=pt&tlng=es
- Montero, M. & Dorna, A.** (1993). La Psicología Política: una disciplina en la encrucijada. *Revista Latinoamericana de Psicología*, 25(1), 7-15. <https://www.redalyc.org/pdf/805/80525101.pdf>
- Montero, M.** (2007). The Political Psychology of Liberation: From Politics to Ethics and Back. *Political Psychology*, 28(5), 517-533. <https://www.jstor.org/stable/20447068>
- Montero, M.** (2010). De la ética del individualismo a la ética de la otredad: la noción de Otro y la liberación de la psicología. *Postconvencionales*, 1, 83-97.

Sabucedo, J. M. & Casal, M. (2000). La construcción Social de la Psicología Política. *Summa Psicológica*, 7(1), 1-14.

Sacipa, S., Tovar-Guerra, C., Sarmiento, L., Gómez, A., & Paula-Suarez, M. (2013). La psicología política en Colombia. *Cahiers de Psychologie Politique*, 23. https://doi.org/10.34745/numerev_816

Silva, A. S. (2012). *Psicologia Política, Movimentos Sociais e Políticas Públicas* [Tese de Livre Docência, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo/SP].

Silva, A. S. (2017). Notas para uma História da Ciência da Psicologia Política. *Revista Brasileira de História da Ciência*, 10(1), 108-128. https://www.sbh.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=2818

Silva, A. S. & Cortés-Millan, G. A. (2019). La Psicología Política de las Relaciones Internacionales y de la Cultura de Paz. In M. L. Maric (Org.), *Factores Psicosociales para Construir Cultura de Paz en la Región* (pp. 221-261). IEB-UMSA. https://www.researchgate.net/publication/337210863_La_Psicologia_Politica_de_las_Relaciones_Internacionales_y_de_la_Cultura_de_Paz

Histórico

Submissão: 29/05/2022

Aceite: 23/10/2023